

# POLÍTICA URBANA E MOVIMENTO DE FAVELAS EM BELO HORIZONTE (1947-1964)

**Samuel Silva Rodrigues de Oliveira<sup>1</sup>**

*(...) se tudo isso é verdade e constitui uma pauta de graves problemas a serem solucionados, é preciso notar que é nessa evidência mesma que reside à opacidade da favela, pois ela produz a certeza de que já se conhece as favelas, sem que seja preciso conhecê-la efetivamente (...).*<sup>2</sup>

A categoria social “favela” constitui parte do senso comum dos habitantes de várias cidades brasileiras. Essa representação homogênea vários espaços urbanos do ponto de vista de suas características físicas, classificando-os como “ocupações irregulares”, “cujas construções são toscas e feitas de forma desordenada”, “desassistidas e privadas de infraestrutura” e por “se localizarem em áreas de risco”<sup>3</sup>. Do ponto de vista dos grupos sociais reforça-se com a classificação o estigma da pobreza dos moradores, normalmente identificados como “classes perigosas”, ligadas a crimes e contravenções no meio urbano. Como nota Dulce Chaves Pandolfi e Mário Grynspar, esta “certeza” sobre as favelas constitui a própria “opacidade” desses territórios, pois a diversidade e as diferenças são excluídas de nosso campo de visão, em favor de uma representação homogênea que se apresenta como evidente e transparente para os cidadãos.

O intuito de complexificar essa ótica estreita do senso comum tem marcado uma das principais tendências da produção das ciências humanas. As pesquisas que se debruçam sobre o tema buscam duas estratégias para alargar essa visão sobre as favelas. Apresentam como o substantivo “favela” foi inventado culturalmente no século XX; observam seu uso na literatura, no urbanismo, nas ciências médicas, na literatura de ciências sociais e questionam os interesses políticos e sociais embutidos nessas produções intelectual. Ou, então, através de pesquisas sociodemográficas ou do trabalho de campo antropológico, representam a diversidade dos grupos sociais que constituem as favelas e a forte relação que esses territórios têm com outros espaços da cidade<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Doutorando em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Autor de *O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964)* (Rio de Janeiro: e-Papers, 2010). Bolsista da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro. E-Mail: <samu\_oliveira@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves & GRYNSPAN, Mário (orgs.). *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 23.

<sup>3</sup> PANDOLFI & GRYNSPAN, *A favela fala...*, p. 21.

<sup>4</sup> Para uma visão ampla dessa produção e dessas estratégias de pesquisa cf. VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1978; VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005; ZALUAR, Alba. *A máquina e a Revolta*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998; PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; SILVA, Luiz Antonio Machado da. “A Política na favela”. *Cadernos Brasileiros*, ano IX, n. 41, mai./jun. 1967, p. 35-47.

O esforço analítico para problematizar o senso comum e ampliar a representação da favela tem recebido investimentos distintos dos vários campos das ciências humanas. Na bibliografia analítica sobre as favelas do Rio de Janeiro, Lícia Prado Valladares e Lídia Medeiros salientaram que apenas 3% do conjunto dos 668 títulos levantados pertenciam à disciplina história. A contribuição mais evidente era proveniente da sociologia urbana (19%), planejamento urbano/arquitetura (18%), antropologia urbana (14%) e as produções institucionais do poder público (9%)<sup>5</sup>. Ou seja, a história pouco tem contribuído, deixando de se apropriar de um dos objetos de pesquisa mais evidentes das ciências sociais no Brasil. O resultado disso é que as reflexões desenvolvidas no âmbito da historiografia ficam a margem de um debate, para o qual podem contribuir de forma decisiva, observando como alguns problemas enfrentados nesta bibliografia se constituíram em estruturas temporais e durações mais amplas.

Nesse artigo, recuperamos uma perspectiva do debate da cidadania na historiografia, analisando as estratégias de participação dos moradores de favelas em Belo Horizonte. O eixo central é a análise da experiência da Vila São Vicente de Paula em 1949 e a forma como esta luta tornou-se referência política no movimento social organizado pela *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte* (1959-1964).

Ao escolher essa temática, estamos lidando com um tema clássico da cultura política: como indivíduos e grupos mobilizam-se para participar da vida da política num Estado? A resposta da pergunta envolve a história do desenvolvimento dos partidos, do voto, das classes e dos movimentos sociais e a maneira como os atores articularam o sentido dessas práticas. Ao observar os testemunhos que atribuem sentidos a essas práticas, analisamos as “*gramáticas do poder e do consentimento* que impõem aos atores regras de inteligibilidade e de legitimação, lhes indicando as margens de manobra e de transação, delineando constrangimentos e oportunidades” e gerando orientações quanto às formas de lealdade e de aliança<sup>6</sup>. Ou seja, analisamos a cultura política.

Daniel Cefaï definiu cultura política como *gramática da vida pública*, aproximando-se de Clifford Geertz e de suas críticas ao modelo cultural de explicação da vida política desenvolvido por Gabriel Almond e Sidney Verba<sup>7</sup>. Cefaï citou o texto de Geertz “A ideologia como sistema cultural” como uma resposta ao modelo cultural dos autores de *The Civic Culture*<sup>8</sup>. Neste texto, Geertz definiu a ideologia como um “arcabouço simbólico em termos dos quais se possa formular, pensar e reagir a problemas políticos”, ligada aos “interesses” formados na estrutura de personalidade do indivíduo e na estrutura social. Portanto, a ideologia não falseia a realidade, mas

---

<sup>5</sup> VALLADARES, Lícia do Prado & MEDEIROS, Lídia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro (1906-2000): uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará /FAPERJ, 2003, p. 17.

<sup>6</sup> CÉFAÏ, Daniel (ed.). *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 116.

<sup>7</sup> ALMOND, Gabriel A. & VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1963; ALMOND, Gabriel A. “The intellectual History of the civic culture concept”. In: ALMOND, Gabriel A. & VERBA, Sidney. *The civic culture revisited*. Newbury Park, London; New Delhi: Sage Publications, 1980, p. 1-36.

<sup>8</sup> Introdução do livro *Cultures politiques*, organizado pelo autor. Cf. CÉFAÏ, *Cultures politiques*.

esta vinculada às situações e às experiências individuais e coletivas<sup>9</sup>.

A definição da *ideologia* como sistema cultural e a própria noção de *representação* na historiografia francesa conduziram Daniel Cefai a uma análise *pluralista* da cultura política. Tornou-se importante à compreensão dos grupos que lutavam pelo poder e os diferentes projetos e visões de mundo que estruturavam a percepção do político, criticando o “modelo geral e normativo” que estruturou a comparação dos sistemas políticos na ciência política americana. Não era mais o *quantum* de modernidade e identificação com os valores da democracia liberal que definia a cultura de uma comunidade política, mas sua história e experiências<sup>10</sup>.

A compreensão da noção de cultura política desenvolvida por Daniel Cefai conduziu a análise dos recursos sociais e simbólicos mobilizados pela Vila São Vicente em 1949 e sua relação com o movimento de favelas organizado pela *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte* (FTFBH). Assim, estamos também nos afastando das análises dos movimentos sociais que trazem a expectativa de que grupos populares deveriam se transformar em “uma classe de tipo revolucionária”. Refiro-me a teoria marxista-leninista que orientou a visão de parte da intelectualidade, e levou às classificações dos movimentos entre “inteligentes” (racionais, orientados) e “alienados” (irracionais, espontâneos). A visão dos grupos sociais é mais complexa que essa representação constituída nos meios intelectuais de “vanguarda”.

O presente artigo também rejeita a visão da história política que priorizou a ênfase no Estado como ator político, em detrimento dos grupos que compõem a sociedade. Para compreender a experiência da Vila São Vicente e sua relação com a FTFBH, vamos lançar mão das noções de repertório de ação coletiva. O conceito de repertório de ação tem como objetivo tornar inteligível a maneira como um ator social usa de certas “performances relativamente familiares e modulares” para estabelecer confronto com o Estado (e outros grupos) e para propor reivindicações no espaço público<sup>11</sup>. Pressupõe-se que as performances existam em número limitado e não são inventadas a cada novo contexto de luta, organizam-se como rotinas de protesto e constituem-se num grupo social através de um processo de aprendizado, escolha e legitimação de um conjunto de formas de ação tendo em vista certas demandas<sup>12</sup>. As “gramáticas da vida pública” dos movimentos surgem como parte

<sup>9</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

<sup>10</sup> Essa visão “pluralista” é comum a vários autores que trabalham com a noção de “cultura política” no Brasil. cf. GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ MAUAD, 2005, p. 27-33; DUTRA, Eliana R. de Freitas. “História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias”. *Varia História*, Belo Horizonte, PPGH-UFGM, n. 28, dez. 2002, p.16. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 20.

<sup>11</sup> Para discussão e observação do uso do conceito de *repertório de ação coletiva* cf. TILLY, Charles. “Contentious Repertoires in great Britain, 1758-1834”. In: TRAUGOTT, Mark (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995; TRAUGOTT, Mark. “Barricade as repertoire: continues and discontinuities in the History French contention. In: TRAUGOTT, *Repertoires and cycles...*; ALMEIDA, Juniele Rabelo de. *Farda e protesto: policiais militares de Minas Gerais em greve*. Belo Horizonte: SEGRAC Editora, 2008.

<sup>12</sup> TILLY, Charles & TARROW, Sidney. “Contentious Politics and Social movements”. In: BOIX,

dessas performances, numa clara releitura dos símbolos e representações do mundo social e político com o intento de deslocarem essas significações para construírem seu lugar e seus interesses na comunidade política.

Destarte, em nossa análise, assumimos o pressuposto de que o “núcleo do que hoje denominamos ‘cidadania’, na verdade, consiste em múltiplas negociações elaboradas” no curso dos conflitos sociais e políticos<sup>13</sup>. Ainda que seja assimétrica a relação entre o Estado e os diferentes segmentos da sociedade, cada qual faz uso de seus recursos e de seus repertórios para tentar inventar, constituir ou fazer valer seus direitos e interesses<sup>14</sup>.

Os repertórios do movimento de favelas são compreendidos como parte da política urbana entre 1947 e 1964<sup>15</sup>. Esse período qualificado pela forte relação das elites políticas com o meio urbano, criou-se meios institucionais e políticos que possibilitaram a manifestação de diversos atores, entre eles os movimentos de favelas. Não obstante os movimentos fazerem uso de recursos extra institucionais para se representar politicamente, saindo do padrão de representação admitida através de partidos políticos, eles não deixaram de travar um embate com o Estado, alargando e colocando em pauta a dimensão do legal e do ilegal, do legítimo e ilegítimo, a noção de cidadania. Nesse sentido, observamos que as estratégias de ação dos moradores de favelas foram inventadas com forte interação com a forma de organização do poder municipal.

## A “Capital de Minas” e a Política Urbana

O caráter elitista da Proclamação da República (1889) foi analisado por José Murilo de Carvalho. Se a marca dos regimes republicanos americanos e franceses foi a ampliação da participação popular, a pergunta do autor em *Os Bestializados* é onde esteve este sentido de república no Brasil. Através da análise de dados demográficos, de jornais e de textos literários, tendo como palco o Rio de Janeiro, sua conclusão é que a “república faltou ao encontro”. O início da institucionalização

---

Charles & STOKES, Susan Carol (eds.). *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 440-442.

<sup>13</sup> TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 164.

<sup>14</sup> Para os autores que tem trabalhado a cidadania como algo negociado entre cidadão e estado, numa via de mão dupla cf. FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

<sup>15</sup> A análise que proponho está marcada por algumas observações da tradição sociológica e histórica que usou o conceito de populismo. Contudo, distancio-me dessa tradição política no que toca a qualificação da ação dessas lideranças como sendo *manipulativas*, por identificar um *pacto de classe* em que não haveria predomínio de operários, burgueses ou latifundiários. Entendo que a política é uma via de mão dupla, uma relação. Para observar a crítica da noção de populismo na historiografia. Cf. FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FERREIRA, Jorge. “Queremismo, trabalhadores e cultura política: soberania popular e aprendizado democrático”. *Varia História*, n. 28, dez. 2002, p. 69-84; GOMES, Ângela de Castro. “Reflexões em torno de populismo e trabalhismo”. *Varia História*, n. 28, dez. 2002, p. 55-68.

do regime no governo de Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902), após dois governos militares de Marechal Deodoro (1889-1892) e Floriano Peixoto (1892-1893), caracterizou-se na afirmação de um sentido elitista e liberal ao republicanismo brasileiro. “Governar o país acima das multidões”, este era o objetivo da elite política que se institucionalizava, levando à exclusão dos pobres, negros, imigrantes e operários da “política oficial”, conduzindo-os à “apatia”, “revolta”, ou uma participação “informal” (contatos pessoais e favores, não previstos como rotina nos mecanismos políticos-institucionais)<sup>16</sup>.

Num outro aspecto, o autor identificou um vínculo entre espaço urbano e republicanismo no Brasil. As cidades que foram sede e representação desse poder receberam as marcas do ideário elitista. Belo Horizonte pode ser considerada como um caso do possível dessa relação entre cidade e republicanismo brasileiro. Planejada e construída para ser sede do governo de Minas Gerais em substituição à Ouro Preto, capital de Minas desde o século XVIII, Belo Horizonte foi a expressão da “modernidade” republicana. O cálculo político que balizou a escolha e planejamento da cidade tinha em vista o distanciamento do “antigo” – no plano do imaginário isso significou a oposição a “Ouro Preto” e também a “barbárie”. Belo Horizonte deveria se impor como símbolo da “civilização”, do domínio da “técnica” sobre a natureza – afinal, se fundaria uma “capital” em um povoado de pouco desenvolvimento, Curral D’el Rey.

Os cálculos políticos que precederam a organização da cidade garantiriam o equilíbrio oligárquico. Sendo Minas Gerais um estado de grandes dimensões territoriais, com elites divididas e que disputavam o poder entre si, a escolha de Belo Horizonte como sede do novo governo foi orientada por se identificar em Curral D’El Rey um território neutro. Foi escolhida a região com menos desenvolvimento econômico e social para ser sede de um governo, para aplacar a disputa “intraoligárquica” que transcorria em Minas no início da década de 1890<sup>17</sup>. Evitava-se que uma região e uma elite regional fossem beneficiadas pelos vastos investimentos que seriam necessários a fundação de uma nova capital. Ademais, os habitantes de Curral Del’ Rey foram desconsiderados no projeto e desqualificados para habitarem a nova capital, guardada para os “funcionários do Estado” e as “elites mineiras”.

Os direitos de municipalidade e representação local através das Câmaras Municipais foram ampliados na Constituição de 1891<sup>18</sup>, mas desconsiderados em Belo Horizonte. A capital mineira foi administrada durante toda a Primeira República por um Prefeito e um Conselho Deliberativo – ambos nomeados pelo governador. A garantia do equilíbrio “intraelites” implicava a neutralização da capital de Minas, em nome da permanência da força política vencedora nas eleições do governo do

<sup>16</sup> CARVALHO, *Os bestializados...*, p. 41.

<sup>17</sup> Para a disputa intra-oligárquica nas elites mineiras cf. VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 73-104.

<sup>18</sup> Para compreensão da ampliação do poder municipal na Primeira República, veja-se: FREIRE, Américo. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000; NUNES, Victor Leal. *Coronelismo, enxada e voto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

estado. Isso significou que os habitantes da cidade não tinham direito de escolher representantes políticos, e estavam à mercê do governo estadual. A imagem da neutralização política da capital mineira coadunou-se ao domínio de uma oligarquia rural na Primeira República. Neutralizava-se o centro urbano que seria a sede do poder estatal, para acomodar os interesses e os acordos forjados no interior do estado.

A “Revolução de 1930” significou um rearranjo deste jogo político, onde os grupos urbanos ganharam maior relevo na composição das configurações sócio-políticas, contribuindo para a alteração da forma de governo da cidade. Em 1936, Belo Horizonte teve pela primeira vez uma Câmara Municipal eleita pelos seus habitantes. Nessa época, proliferaram organizações de bairros e vilas reivindicando melhorias. Contudo, esse processo foi cerceado pelo Estado Novo (1937), que fechou a Câmara, e o governo da cidade foi assumido por interventores<sup>19</sup>.

O fim do Estado Novo (1945) e a promulgação da Constituição de 1946 provocaram uma reviravolta na configuração política de Belo Horizonte. Em 1947, pela primeira vez em sua história, a cidade teria representantes eleitos pelo voto popular que completariam seus mandatos no legislativo e executivo municipal. Segundo Regina Helena Alves, “a cidade adquiria autonomia e instituições políticas características da democracia: uma prefeitura e uma assembléia de representantes eleita por voto secreto dos cidadãos alfabetizados”<sup>20</sup>.

O município ganhou uma autonomia relativa para agir. Se a escolha dos representantes não mais dependia do governador de Minas, a influência deste na capital mineira nunca se apagou: Milton Campos (1946-1950), Juscelino Kubitschek (1951-1954), José Francisco Bias Fortes (1955-1960) e Magalhães Pinto (1961-1965), todos eles tiveram grande poder no jogo político da cidade e agiram na capital tentando transformá-la na síntese de projetos políticos. Belo Horizonte ainda seria vitrine para o Estado de Minas, tendo centralidade nos projetos que integrassem as várias regiões.

Entretanto, a emergência do poder municipal foi uma grande oportunidade para mobilização política e a barganha de benefícios. A mudança institucional que perduraria entre 1947 e 1965 fez eclodir na cidade vários movimentos de bairros, vilas e favelas. Estimulava-se a formação de associações civis e comícios em bairros como um repertório de ação dos moradores para lutarem por melhorias, para garantirem as “promessas” de benefícios. Destarte, essas associações civis de bairros, vilas e favelas ganhavam força por vocalizarem demandas aos políticos que, agora, dependiam do voto para terem seus mandatos perpetuados.

A política de troca de benfeitorias urbanas por votos foi um traço que marcou a ação nos subúrbios de Belo Horizonte que estavam em franca expansão. O adensamento da população de Belo Horizonte entre 1940 e 1960 levou à forte ocupação da área suburbana da cidade (Ver tabela I). Nesse período, as Avenidas

---

<sup>19</sup> GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões* Belo Horizonte, cidade planejada. Tese (Doutorado em Ciências sociais). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 1991, p. 195.

<sup>20</sup> SILVA, Regina Helena Alves da. *O legislativo e a cidade: domínios de construção do espaço público*. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1998, p. 49.

Amazonas, Antônio Carlos e Dom Pedro II, e os trilhos da Central do Brasil eram eixos de integração desses subúrbios à região central e comercial da cidade, direcionando a expansão da cidade. Em 1954, Belo Horizonte era dividida em três distritos eleitorais: 12°, 12°B e 12°C. Os dois últimos representavam o subúrbio e, tomando como exemplo o ano eleitoral de 1954, teríamos uma ampla vantagem dessa região em relação ao centro da cidade. A geografia eleitoral que conduzia os cálculos dos políticos era marcada pela oposição entre os eleitores dos subúrbios e os eleitores do “asfalto”, moradores da região central e urbanizada<sup>21</sup>.

**Tabela I - População de Belo Horizonte<sup>22</sup>**

ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1940	177.004
1950	338.585
1960	642.912
1970	812.000

As lideranças políticas urbanas organizaram máquinas partidárias para conquistar o voto nos subúrbios e propagar o carisma individual de alguns políticos. Este fenômeno não foi característico apenas de Belo Horizonte, reproduziu-se também em outras cidades brasileiras. Como observaram Paulo Fontes e Adriano Duarte, no caso de Adhemar de Barros e Jânio Quadros em São Paulo, foi “essa teia de organizações locais que, no cotidiano dos bairros periféricos, muitas vezes deu forma e conteúdo a essas lideranças que então se constituíam. E, nos períodos eleitorais, era o acionamento dessa rede que desencadeava e fornecia o suporte para as campanhas”. Nessa relação, tentava-se articular uma troca: eram reconhecidos a “dignidade” e os direitos do povo, e, por outro lado, legitimava-se o representante e seu discurso<sup>23</sup>.

O contexto de ascensão do poder municipal, a ampliação da participação popular, e a formação de uma geografia política em que se evidenciava a composição do voto nas áreas suburbanas estiveram diretamente relacionados com a ascensão dos associativismos de favelas. As favelas estavam em franco crescimento na cidade na década de 1950 e seria também um lugar de interesse e preocupação das classes políticas (ver Tabela III). A estratégia de formar uma associação civil para lutar pelo direito de moradia e por melhorias urbanas ganhou forte significado nessa conjuntura de democracia política, sendo um dos vetores da compreensão e explicação da difusão da associação civil em favelas no período de 1947 a 1964. A eleição municipal

<sup>21</sup> “As eleições para a prefeitura de Belo Horizonte”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 out. 1954, p. 3.

<sup>22</sup> Fontes: Censo IBGE, *apud*. PATARRA, Neide L. “Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30”. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Vol. 4. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 247-268, p.262; MINAS GERAIS. *Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966, p. 18.

<sup>23</sup> DUARTE, Adriano, FONTES, Paulo. “O Populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mocca e São Miguel Paulista (1947-1953)”, *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, UNICAMP, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 87, p. 119.

e o interesse da classe política na conquista do voto nas áreas suburbanas influíram de forma decisiva na formação das associações civis.

**Tabela II – Moradores em Favelas em Belo Horizonte<sup>24</sup>**

ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1955	36.432
1958	41.303
1961	70.000
1965	119.799

### **O Despejo da Vila São Vicente como um Fato da Política Urbana**

Um dos repertórios de ação apreendidos e difundidos nas favelas de Belo Horizonte para luta pela moradia foi a organização de “associações de defesa coletiva”. Em 1949, a Vila São Vicente<sup>25</sup>, localizada nas proximidades da região do Bairro Gameleira e do Seminário Coração Eucarístico, na Zona Oeste da cidade, enfrentou um processo de despejo. O processo foi movido pelos herdeiros de Antônio Alves Martins e de Francisca Alves Martins e os interesses da *Empresa Mineira de Terrenos* contra os moradores. Os moradores organizaram uma “Associação de Defesa Coletiva” para evitar o despejo.

A estratégia dos moradores não se estabeleceu deslocada da política urbana, mas atrelada a esta. O contato com autoridades públicas e eclesiásticas para legitimar a reivindicação fazia parte da estratégia de fundação da associação civil. A insistência dos proprietários em denunciarem esta ligação (políticos/associação civil) demonstra claramente o incômodo gerado pela transformação do processo de despejo em um fato político de relevo na cidade<sup>26</sup>. No ato de fundação da entidade civil, realizou-se um comício tendo em vista o apoio de vereadores para defenderem a causa dos moradores. O comício contou com a participação de políticos de diferentes partidos e repercutiu na Câmara Municipal. Um dos efeitos do comício e da fundação da associação de moradores foi a discussão da formação de uma Comissão no legislativo municipal que estudaria a desapropriação dos terrenos<sup>27</sup>.

<sup>24</sup> Fontes: BELO HORIZONTE. População Favelada de Belo Horizonte em 1958, *apud* WATANABE, Hiroshi. *Morro do Querosene, alguns aspectos da formação de uma favela*. Belo Horizonte: Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, 1960, p. 34; MINAS GERAIS. *Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966, p. 18; Diário da Câmara Municipal. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, Caderno 2, 28 fev. 1961, p. 4.

<sup>25</sup> Adotamos o nome Vila São Vicente, mas é importante frisar que em algumas fontes documentais primárias encontra-se “Vila dos Marmiteiros” para se referir ao mesmo lugar.

<sup>26</sup> [Histórico da ocupação do terreno segundo Délcio Alves Martins, s/d]. *Arquivo Público Mineiro*. Fundo DOPS. Pasta 0119.

<sup>27</sup> “Tentativa de solução para o caso da Vila dos Marmiteiros”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 mai. 1949, p. 3.



A procura pelo poder público municipal como mediador do conflito não se devia apenas a abertura política que a cidade vivenciava, mas também ao histórico de ocupação da Vila São Vicente. A ocupação dos terrenos aterrados nas proximidades do da Avenida Tereza Cristina ocorreu a partir de 1941, quando a prefeitura expulsou os moradores da Barroca, área próxima a Avenida do Contorno, que nos anos 1940 seria loteada e considerada como parte da zona urbana da cidade. A Barroca existia como área suburbana, de ocupação operária desde a fundação da cidade e seu desmanche deu origem à ocupação de duas regiões: o Morro do Querosene e a Vila São Vicente – ambas incentivadas pelo poder público, com apoio da prefeitura para a transferência para estes locais<sup>28</sup>. José Vitor, morador da Vila São Vicente, e militante de associação de favelas entre a década de 1950 e 1960, no discurso do comício de fundação da associação civil referiu-se à “via sacra dos moradores daquela vila, vindos muitos deles da Barroca, sob processo de absoluta garantia e segurança” do poder público<sup>29</sup>. A questão que se levantava para parte dos moradores era: se a prefeitura os havia encaminhado para este local, porque haveriam de ser despejados? Existia um sentimento de injustiça que fomentava a mobilização.

A transformação do caso da Vila São Vicente em fato político deveu-se não só a ação e trajetória dos moradores, mas à solidariedade que surgiu de outras vilas que estabeleciam um vínculo entre caso de despejo e uma memória operária da ocupação do solo em Belo Horizonte. No mesmo comício de fundação, Anísio Cunha, da “União Progressista da Vila Concordia” também foi solidário ao caso da Vila São Vicente; o líder comunitário lembrava que também passaram pelo problema de serem despejados<sup>30</sup>. A Vila Concordia foi criada por decreto para abrigar as famílias de trabalhadores que concordaram em se transferirem da zona urbana da Pedreira Prado Lopes, Barroca e Barro Preto – todas regiões de ocupação operária que datam da construção de Belo Horizonte, no final do século XIX<sup>31</sup>. Criada como “vila operária”, seu nome (“Concordia”) derivou do acordo feito pelos moradores de áreas que eram “invadidas” para ocupar uma região que o poder público destinava-lhes<sup>32</sup>.

A memória cultural do lugar dos “operários” na cidade foi bastante viva entre moradores e lideranças de associação. Era a expressão do sentimento de injustiça no processo de depuração dos usos e da população no espaço urbano, em que se expulsavam os operários e classes pobres das áreas centrais e urbanizadas. Essa memória mantinha uma interdependência às vivências de despejo, a partir dos anos 1920, e as referências à própria construção e fundação da cidade. O testemunho e a trajetória de Vicente Gonçalves demonstraram esse duplo indício. Ele chegou a Belo Horizonte vindo de Ouro Branco, na década de 1930; tornou-se morador da Barroca, enfrentou o processo de despejo, resistiu até 1945 e foi transferido pela prefeitura para o Morro do Querosene. Em 1952, fundou um *Comitê de Defesa Coletiva do Morro do Querosene (Vila São José)* para evitar o despejo que o Exército

<sup>28</sup> GUIMARÃES, *Cafuas, barracos...*, p. 225-230.

<sup>29</sup> “Tentativa de solução para o caso da Vila dos Marmiteiros”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 mai. 1949, p. 3.

<sup>30</sup> “Tentativa de solução para o caso da Vila dos Marmiteiros”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 mai. 1949, p. 3.

<sup>31</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº31, 6 de setembro de 1928.

<sup>32</sup> GUIMARÃES, *Cafuas, barracos...*, p. 156.

tentava empreender, alegando posse das terras. Para ele,

*(...) as favelas não foram invadidas. O pessoal veio, construiu Belo Horizonte e foi largado as traças. Então, [esse] foi um dos fatos que mais impulsionava os argumentos que a gente usava de que aquilo é de trabalhador e não de bandido e não de miseráveis. Eram trabalhadores que construíram essa cidade, portanto nós temos direitos a participação igual aos moradores que moram nos bairros chiques daqui<sup>33</sup>*

No testemunho de Vicente Gonçalves, a referência à construção da cidade na década de 1890 e ao fato de não ter sido reservado na cidade planejada um lugar de moradia para os operários, levando-os a ocuparem os “subúrbios”, é extremamente significativa de uma apropriação da história da cidade. Ele não viveu a Construção de Belo Horizonte, mas essa referência à fundação da cidade era importante para demarcar o direito à moradia. Essa referência articulou um contra discurso ao enquadramento oficial das favelas como terrenos “invadidos” por “criminosos” e “miseráveis”. Esse discurso público sobre foi desenvolvido pela prefeitura municipal e sintetizado numa legislação de postura municipal em 1956, que definiu a favela como área invadida e “irregular”, proibindo-se o aumento das casas, a exploração de aluguel e a venda de lotes nesses territórios <sup>34</sup>. As práticas do poder público desconsideravam e colocavam à margem da legalidade várias formas de ocupar o solo e construir moradia, classificando todas como invasão.

O despejo da Vila São Vicente vinculou-se à memória cultural da luta dos operários para terem reconhecido o direito à moradia na cidade de Belo Horizonte. De acordo com Berenice Guimarães, até meados do século XX, houve tentativas de envio de cartas, memorandos e abaixo-assinados às autoridades públicas, na esperança de um encaminhamento aos conflitos relacionados à moradia. A experiência da Vila São Vicente de Paulo diferenciou-se dessas outras iniciativas, por estruturar uma associação civil com o objetivo específico de luta pela moradia. A organização de uma entidade assinalou a existência de um coletivo de representantes que falaria pelos moradores, diferenciando-se dos encaminhamentos individuais, através de contatos diretos com autoridades públicas.

Os políticos, ciosos dos “interesses populares” e de criar bases eleitorais urbanas, identificaram-se com a causa dos moradores e trataram de explorar estas conotações “populares” que o despejo da Vila São Vicente despertava. A apropriação e exploração política dessa memória cultural levaram políticos de diferentes matizes partidários a realizarem generalizações sobre a forma como os operários estavam sendo oprimidos e desconsiderados da sociedade. Waldomiro Lobo, vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro, que apoiou a causa dos moradores da Vila São Vicente lembrou os despejos na Vila dos Urubus, e na favela do Jacarezinho, um distrito ocupado por fábricas e operários na cidade do Rio de Janeiro. Na representação política elaborada por Waldomiro Lobo e outros políticos, o que havia era a

---

<sup>33</sup> GONÇALVES, Vicente. Depoimento concedido a Samuel Silva Rodrigues de Oliveira, 15 jan. 2008.

<sup>34</sup> BELO HORIZONTE. Lei 572, 12 set. 1956.

contraposição entre os pobres/ humildes/ operários contra a “*Empresa Mineira de Terrenos LTDA*”<sup>35</sup>. Denunciando-se o interesse dos “grandes” contra os “pequenos”, dos “interesses populares” contra a especulação imobiliária.

A repercussão na opinião pública e a politização do despejo, mostrando a causa dos “humildes operários” contra o apetite imobiliário da *Empresa Mineira de Terrenos*, foi um traço que permaneceu na representação do fato político durante toda a década de 1950. Analisando a peça de argumentação jurídica produzida por volta de 1956, fica claro que isso era o que mais incomodava os proprietários do terreno. O mote principal da argumentação articulada por Délcio Alves Martins, o advogado da demanda de despejo, baseou-se na refutação da forma como o evento era tratado na política urbana. Primeiro, quem representava a causa na justiça não era a empresa imobiliária, mas os “herdeiros de Antônio Alves Martins” que tiveram seus direitos de propriedade esbulhados na invasão dos terrenos. Segundo, faziam questão de denunciar a “demagogia” dos “políticos e autoridades eclesiásticas” que faziam com que os moradores acreditassem que tinham direitos, ferindo a Constituição Brasileira. Terceiro, mostravam-se dispostos a pagar uma indenização aos moradores que se dispusessem a sair do terreno, mostrando que não eram desumanos como o discurso político sobre o despejo fazia crer<sup>36</sup>.

Em 1956, a prefeitura comprou o terreno e garantiu o direito dos moradores permanecerem no local; tal fato foi reconhecido como fruto da luta dos moradores. A formação de uma associação civil e a realização de comícios foram repertórios de ação dos moradores na Vila São Vicente, apreendidos no contexto da abertura política que a cidade vivenciava. Estiveram, portanto, diretamente relacionados à emergência de uma política urbana na cidade. Contudo, esse evento figurou no imaginário político do movimento de favelas como deslocado da experiência da política urbana, fruto da ação direta e da solidariedade dos moradores.

### ***A “luta da Vila São Vicente” como utopia de autonomia política dos “favelados”***

Em torno da luta da Vila São Vicente houve um investimento na construção de memórias e representações políticas. Se há um ponto de concordância sobre essas representações é o fato de realizarem uma leitura do passado tentando estabelecer uma continuidade dos “interesses das favelas” com perspectivas de futuro imaginadas. Quase sempre se realizou uma leitura parcial das forças políticas que concorreram para transformação do despejo em um fato da política urbana da cidade.

A repercussão do despejo da Vila São Vicente e a eficácia de sua estratégia política constituem dois dos motivos para esse esforço de construção de memória<sup>37</sup>. Nesse

---

<sup>35</sup> “Tentativa de solução para o caso da Vila dos Marmiteiros”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 mai. 1949, p. 3; “Desolação na Vila dos Marmiteiros”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 jun. 1949, p. 6.

<sup>36</sup> [Histórico da ocupação do terreno segundo Délcio Alves Martins, s/d.] *Arquivo Público Mineiro*. Fundo DOPS. Pasta 0119.

<sup>37</sup> Entendemos que memória é uma construção social e política que tem como principal função a

sentido, o exemplo do caso da luta da Vila São Vicente transcende o próprio período que analisamos, chegando como uma referência nos anos 1980. Em 1984, num debate sobre o despejo e a possibilidade de conquista do direito à moradia na Cabana do Pai Tomás, um dos debatedores lembrou-se da “luta da Vila São Vicente”:

*Foi a primeira e grande luta dos favelados em Belo Horizonte. Foi da Vila São Vicente de Paula, antiga Vila São Vicente. Foi uma luta que durou de 1948 a 1957. Oito anos de luta para disputarem a posse do terreno, porque eles foram pra lá e depois descobriram que os terrenos eram de particulares. Eles lutaram, lutaram, perderam a causa em todas as estâncias, foram até o Supremo Tribunal Federal. Que eu acho que isso também é um caminho que tem a percorrer<sup>38</sup>*

Esse testemunho representa ao mesmo tempo o motivo do investimento na construção de uma memória política e também um dos enquadramentos do evento feito através da *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte* (FTFBH), entre 1959 e 1964. A fala representada acima foi de Francisco Farias Nascimento líder da associação da Vila Nosso Senhor dos Passos desde sua fundação em 1956, secretário geral da FTFBH entre 1959 e 1960, e depois presidente da mesma entidade entre 1961 e 1964. A Federação agregou várias associações que tinham como objetivo a luta por melhorias urbanas, contra a remoção e pela regularização da posse da terra para os moradores de favelas. A “luta da Vila São Vicente” na fala dessa liderança e de outras apareceu como um exemplo a ser seguido e como representação da possibilidade de terem suas demandas atendidas pelo poder público.

Observe que o desenlace do sucesso do caso da vila São Vicente não aparece ligado à política urbana e ao vínculo que os moradores estabeleceram com as autoridades públicas. Esta ausência remete à crença que a “união dos favelados” seria o principal elemento para modificar a situação em que viviam. A grandiloquência e exaltação da “primeira grande luta dos favelados de Belo Horizonte” dão o tom do testemunho de Francisco Nascimento, indicando a necessidade da solidariedade e persistência dos moradores para regularizar a posse da terra – tema discutido no evento. Esse testemunho é solidário a outros que estão prontos a reconhecer a importância da luta da Vila São Vicente como exemplo de “união”. Em 1964, na fundação da associação da Vila Frei Josafá, Luiz Francisco de Souza<sup>39</sup>

---

formação e garantia da identidade dos grupos. Cf. POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15; POLLACK, Michel. “Memória e Identidade”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.5, ano 10, 1992, p. 200-212; PORTELI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 7. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 103-130.

<sup>38</sup> MINAS GERAIS. *Agglomerado Cabano do Pai Tomás, Levantamento Histórico*. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1984, volume 3.

<sup>39</sup> Diretor da associação da vila São Vicente, que representava o “presidente” da Federação dos Trabalhadores Favelados na fundação da UDC da Vila Frei Josafá.

*fez um ato de louvor aos moradores da vila [Frei Josafá] pela iniciativa que tiveram em organizar uma Diretoria para dirigir os destinos desta. Dizendo que em Belo Horizonte foi que marcou esta iniciativa daqui da Vila São Vicente, partiu até mesmo na O.N.U. Contando hoje a Federação com adesão de 52 favelas associações que foram [englobadas] pela Federação, que é constituída de um Conselho Consultivo e uma Comissão Executiva. Tendo porem cada UDC livre autonomia sobre sua direção (...)*<sup>40</sup>

Essa representação grandiloquente do movimento afirmava a “união” e a autonomia das favelas em relação às elites políticas, representando um movimento de base deslocado das estruturas de poder político e partidárias. A expectativa de autonomia lastreava-se nas experiências de rápida adesão das associações à FTFBH (fundada em 1959 com 9 entidades; no início de 1962 já contava com 31 associações, e em 1964 com 55 entidades). O crescimento da Federação fomentava a crença que a “união” das favelas produziria transformações na realidade social.

**Tabela III – O crescimento do número de associações ligadas a FTFBH<sup>41</sup>**

ANO	NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES
1959	9
1960	-
1961	27
1962*	31/ 41
1963	55

A tentativa de estabelecer uma identidade política em continuidade com a luta da vila São Vicente tinha como objetivo demarcar um sentido político de solidariedade entre as várias favelas que não estivesse em estrita dependência com as contingências das “promessas” das elites políticas urbanas. Assim, ainda que nem todas as entidades tivessem o mesmo nome, muitas se reconheciam publicamente como sendo uma *União de Defesa Coletiva* (UDC). A sigla “UDC” aparecia em vários jornais que noticiam ações do movimento social e como símbolo do jornal *O Barraco*, representando a unidade das favelas em torno de uma entidade e um tipo de associativismo que teria programa e objetivos próprios. A realização do *I Congresso dos Trabalhadores Favelados* (1962), do jornal *O Barraco* – órgão oficial da

<sup>40</sup> [Ata de Assembléia Geral da Vila Frei Josafá, 19 jan. 1964]. Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS. Pasta 0121.

<sup>41</sup> Fontes: “O Barraco”. *Binômio*, Belo Horizonte, Caderno 3, 20 ago. 1962, p. 3. “Federação dos Favelados começou lutando contra Amintas de Barros”. *Última Hora – edição de Minas*, Belo Horizonte, 17 nov. 1961, p. 2; *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 11 jan. 1962, p. 5; [Ata da Assembléia Geral dos Moradores da Vila Carlos Josafá, 19 jan. 1964] Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS. Pasta 0121; SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica & AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 42.

*Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte* (1962-1964), a conquista de uma sede para a Federação na Rua Rio de Janeiro (1963), tudo isso estimulava a percepção de que havia a construção de uma representação política das favelas autônoma à política urbana.

Essa expectativa de autonomia política difundida pela *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte* foi também reforçada pelo contexto de forte mobilização política e social no Brasil. Na passagem dos anos 1950 para os anos 1960, houve largo esforço para renovação dos pactos políticos e sociais que definiam a cidadania. Para Lucília Neves de Almeida, o fio que uniu a representação da “euforia dos anos dourados” de JK com o “conflito aberto na sociedade civil e política” do início dos anos 1960 foi a modernização da sociedade brasileira: a “palavra ‘renovar’ estava presente nos corações e mentes da população”. Brasília, expansão do consumo de carros e eletrodomésticos, a renovação estética com o Cinema Novo, a Bossa Nova e os grupos de teatro Arena e Oficina eram símbolos dessa “nova era” que se inscreveu na memória nacional<sup>42</sup>. Havia uma percepção e um anseio de transformação social em vários campos da vida cotidiana. A noção de modernização tinha como particularidade a mobilização dos partidos políticos e a cotidiana manifestação da sociedade civil, questionando o lugar do “povo” na “nação” e os pactos que instauravam a cidadania na estrutura social brasileira.

*Era o tempo da cultura engajada, sobretudo nacionalista. A idéia de mobilização e conscientização passou a predominar entre os segmentos da sociedade que apostavam na superação da condição de subdesenvolvimento do país mediante adoção de políticas econômicas nacionalistas e programas de reformas sociais. Era preciso “mobilizar o povo”, “conscientizá-lo”, e apoiá-lo em sua organização. Essas eram condições entendidas pelas vanguardas culturais e políticas como necessárias à construção, no Brasil, de uma democracia social e de uma ordem política e econômica emancipada.*<sup>43</sup>

Contudo, devemos lembrar que o limite dessa expectativa era a baixa participação nos movimentos associativos. Reclamações quanto à “falta de interesse” e a “alienação” dos moradores em relação à luta das favelas apareceram em diversos momentos, pondo em xeque a solidariedade das favelas. Essa permaneceu como um elemento que conduzia principalmente a ação de lideranças, que demonstravam com o discurso um poder de mobilização e a autonomia em relação às classes políticas.

---

<sup>42</sup> NEVES, Lucília de Almeida. “Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo”. In: TOLEDO, Caio Navaro (org.). *1964: visões críticas do Golpe*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 56.

<sup>43</sup> NEVES, “Trabalhadores na crise...”, p. 56.

## **Considerações Finais**

As estratégias de ação do movimento social apareceram várias vezes dependentes do jogo das políticas partidárias e do fluxo da ação desenvolvida na prefeitura municipal. Como exemplo, cito o caso da conquista da sede para a *Federação dos Trabalhadores Favelados*. Em 1963, uma sala para sede da FTFBH na Rua Rio de Janeiro para sede da Federação começou a ser pago por Raimundo Tinti, diretor do Departamento de Bairros e Habitações Populares, órgão que concentrava as demandas e ações de melhoria nas favelas. A sede era fruto de um acordo das lideranças das favelas com o prefeito Jorge Carone Filho, no governo que iniciava. Era também o reconhecimento por parte do prefeito do trabalho de alguns líderes de associações que atuaram como seus cabos eleitorais. Conferindo o balanço financeiro do DBP, observa-se que, entre 1963 até 1964, mensalmente registrava-se a despesa de um auxílio de 50 mil cruzeiros<sup>44</sup>.

O movimento social foi profundamente marcado pelos desenlaces da política urbana. Todavia, através da memória, da autonomia e da solidariedade dos moradores em favelas conseguia-se reunir forças para negociar o direito à moradia e a conquista de melhorias urbanas. Assim, resistia-se à representação dominante que os enquadrava como território da marginalidade e um espaço transitório da cidade, demarcando a luta pelo direito a moradia dos pobres. O movimento participava da construção da cidadania e da gramática da vida pública de Belo Horizonte nos anos 1947 e 1964, enfocando seus direitos sociais e políticos na cidade.

Em 1964, o movimento associativo de favelas de Belo Horizonte sofreu uma intervenção militar. Após o Golpe, foi nomeado um coronel da Polícia Militar para ocupar a *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte*. O patrimônio da FTFBH foi apreendido, várias UDCs foram fechadas e algumas lideranças foram presas. No Inquérito policial que justificava estes atos, o delegado do *Departamento de Ordem e Política Social* (DOPS-MG), expressou sua perplexidade diante do “direito de morar”, alegado pelo movimento social para justificar suas práticas e ações. Este discurso foi em grande parte constituído em relação à experiência da política urbana e da memória da luta da Vila São Vicente, fatos que o delegado desconhecia como legítimo. A luta das favelas era vista como a subversão da “Constituição Brasileira” e do direito de propriedade.



---

<sup>44</sup> *APCBH*. Fundo Secretaria de Fazenda. Sub-fundo Documentos Operacionais. Livro n. 0176 – Departamento de Bairros Populares – Caixa Geral; *APCBH*. Fundo Secretaria de Finanças. Sub-fundo Documentos Operacionais. Livro 082 – Departamento de Bairros Populares – Livro de Razão.

## RESUMO

O artigo analisa a história política de Belo Horizonte e as performances de luta pelo direito de moradia entre 1947 e 1964. Na primeira parte, observa como a constituição da autonomia municipal abriu espaço para as mobilizações dos moradores na ampliação de seus direitos. Em seguida, analisa-se a formação da Associação de Defesa Coletiva da Vila São Vicente de Paula na luta contra o despejo e a leitura deste evento como uma referência para o movimento organizado pela Federação dos Trabalhadores Favelados. As práticas de luta pelos direito de moradia são vistas como partes do repertório e da gramática da vida pública constituídas pelo movimento de favelas de Belo Horizonte. Para contar essa história, usam-se jornais, testemunhos orais e fontes jurídicas.

**Palavras Chave:** Favelas; Política Urbana; movimento social.

## ABSTRACT

The article analyzes the political history of Belo Horizonte and performances for the right of residence between 1947 and 1964. The first part looks at how the constitution of municipal autonomy gave way to the emergency mobilization of residents to expand their rights. It then analyzes the formation of the “Associação de Defesa Coletiva da Vila Sao Vicente de Paula” in the fight against the dump and reading this event as a reference for the movement organized by the “Federação dos Trabalhadores Favelados”. The practice of struggle for housing rights are seen as parts of the repertoire and the grammar of public life established by the movement of the *favelas* (precarious and poor neighborhoods) of Belo Horizonte. To tell this story, they use newspapers, oral testimony and legal sources.

**Keywords:** Favelas; Urban Policies; Social Movement.